

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 135

08/06/07 a 14/06/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES), **Felipe dos Santos** (graduando em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Gianini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES).

Presidente Lula comenta fechamento de TV venezuelana

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou considerar democrática a atitude do presidente venezuelano, Hugo Chávez, em não renovar a concessão de funcionamento da rede de televisão Rádio Caracas de Televisão (RCTV). Indagado sobre as especulações de que a RCTV estaria sendo fechada em resposta por ter apoiado o golpe de Estado contra Chávez em 2002, Lula afirmou não entrar no mérito dos critérios utilizados para a não renovação e sim no fato de que a ação foi embasada na legislação da Venezuela, sendo portanto assunto interno do país. Lula ressaltou, no entanto, que as críticas efetuadas pelo presidente Chávez contra o Senado brasileiro, em virtude de nota publicada pelo último contra o fechamento da RCTV, poderiam dificultar a entrada da Venezuela no Mercosul. Já que, em represália às afirmações do presidente venezuelano de

que o Senado brasileiro é um “papagaio” de Washington, pois repete tudo o que o governo americano diz; parlamentares de oposição ao governo, afirmaram que tentarão obstruir a aprovação do protocolo de adesão plena da Venezuela ao Mercosul. Isso ocorre precisamente quando a comissão de nove senadores e nove deputados que representam o Brasil no Parlamento do Mercosul prepara-se para discutir o pedido de adesão plena da Venezuela, que hoje não tem poder de voto no bloco. Da comissão mista do Mercosul, o protocolo de adesão seguirá para os plenários da Câmara e do Senado. As declarações do presidente brasileiro tiveram grande repercussão na mídia venezuelana e não tiveram apoio dos senadores brasileiros. Em seu programa semanal de rádio e TV “Alô Presidente”, Hugo Chávez, agradeceu ao presidente brasileiro, “pela sua consciência e suas declarações”, de que a não renovação da concessão da emissora opositora RCTV está dentro das regras democráticas. Chávez reconheceu que existem divergências entre ele e Lula, mas afirmou que ambos são “amigos e irmãos” (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/06/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 09/06/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 11/06/2007, O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/06/2007; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/06/2007; O Globo – O País – 09/06/2007; O Estado de São Paulo – Nacional – 13/06/2007).

Lula critica resoluções ambientais do G-8

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, criticou as metas de redução das emissões de gás carbônico (CO₂) estipuladas pelos países do G-8 (grupo formado pelas sete maiores economias do mundo e a Rússia). Para Lula, a meta dos países desenvolvidos em diminuir a quantidade de gás carbônico liberado na atmosfera em 50% até 2050 não é válida. Segundo o brasileiro, o prazo é muito extenso, culminando na continuidade das emissões de poluentes por esses países e passando a tomar medidas concretas apenas quando o prazo estiver próximo ao seu esgotamento. O presidente Lula também apoiou a posição da China contra a imposição de metas de redução de emissões de CO₂ a países pobres e emergentes, afirmando que essas medidas poderiam diminuir o crescimento desses países. Segundo Lula, sendo os países desenvolvidos os maiores poluidores, eles deveriam ser os primeiros a se comprometer com qualquer tipo de meta. O presidente brasileiro mostrou-se ainda contrário à discussão de qualquer forma de resolução relacionada ao efeito estufa e ao meio ambiente fora do âmbito da Organização das Nações Unidas e do Protocolo de Kyoto, em contraste com a opinião do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Segundo Lula, qualquer discussão sem o multilateralismo e o compromisso com metas sérias não produzirá resultados. O presidente colocou também a questão da melhoria tecnológica e o uso dos biocombustíveis como formas de diminuir as emissões de poluentes e manter o desenvolvimento dos países (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/06/2007; O Globo – Economia – 08/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/06/2007; O Globo – Economia – 09/06/2007).

Lula rebate comentários sobre etanol e a devastação da Amazônia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ser contrário à posição passada ao mundo de que a Amazônia está sendo devastada para a produção de cana-de-açúcar. O presidente brasileiro reafirmou a soberania brasileira sobre a floresta amazônica e declarou que o Brasil possui terras suficientes para produzir cana para os biocombustíveis sem a necessidade de desmatar suas florestas tropicais. Lula disse ainda que o desmatamento da floresta foi reduzido em 52% nos últimos dois anos e que é de interesse brasileiro que a diminuição seja ainda maior. Com vistas a atingir esse objetivo, Lula declarou estar previsto para setembro o lançamento de um satélite em acordo com a China para o monitoramento da Amazônia. Lula reforçou também a idéia da criação de um fundo financiado pelos países desenvolvidos para recompensar os países emergentes e pobres que evitarem a degradação de suas florestas nativas (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/06/2007; O Globo – Economia – 08/06/2007).

Exportação de carne brasileira recebe críticas

A União Européia e a Rússia fizeram críticas quanto à carne brasileira. A Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural européia pediu a suspensão das importações da carne bovina do Brasil em decorrência de uma denúncia apresentada pela Irlanda. Segundo o relatório irlandês, as condições do produto brasileiro estariam abaixo das exigidas pelo bloco europeu. Antes de chegar a um acordo com o Brasil no dia 12 de junho, o qual se comprometeu a acatar suas críticas, a agência russa de saúde animal e vegetal da Rússia, declarou estar estudando a possibilidade de importar carne bovina de outros países latino-americanos. Uma das críticas da agência russa deve-se à ocorrência de falsificação de certificados sanitários referentes à carne, dificultando o trabalho dos inspetores russos. Dias antes do acordo, uma missão brasileira fora à Rússia para mostrar documentos e informações que comprovam a qualidade e a sanidade da carne brasileira (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 09/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/06/2007).

Lula retorna ao assunto da reforma da ONU

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a falar sobre o pleito brasileiro por uma vaga no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), durante encontro com o secretário-geral da organização, Ban Ki-Moon, em Berlim. O secretário afirmou estar ciente da aspiração e da posição do Brasil a um lugar no Conselho e disse que irá se esforçar para facilitar as consultas em

andamento entre os países da ONU. Ele afirmou desejar uma convergência de opinião entre as nações para uma fórmula democrática, representativa e transparente. O presidente Lula viajou recentemente à Índia para tratar do assunto com representantes de Alemanha, Índia e Japão, que, junto ao Brasil, desejam uma vaga no CS. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, avaliou de forma positiva o debate sobre a reforma, que, segundo ele, configura um avanço. A abertura dos trabalhos da Assembléia Geral da ONU terá início em setembro e o governo brasileiro espera poder fortalecer a posição pró-reforma dentro desse período (O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/06/2007).

Presidente pediu maior participação do G-5 na cúpula do G-8

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, queixou-se ao fim da cúpula do G-8 + 5 (cúpula formada pelas sete maiores economias e a Rússia, tendo Brasil e outros países emergentes como convidados) do formato da reunião. Lula criticou o fato do documento final da reunião já estar pronto antes da reunião do G-8 com os representantes dos demais países convidados e queixou-se por ele conter pontos divergentes aos interesses dos países emergentes. Lula propôs que na próxima reunião, os países convidados possam discutir suas opiniões previamente à cúpula, de forma que os países desenvolvidos tenham conhecimento do posicionamento dos países em desenvolvimento antes de estabelecer o documento final. A primeira-ministra da Alemanha e atual presidente do G-8, Angela Merkel discutiu um texto paralelo com os países do G-5, que, no entanto só foi parcialmente incorporado ao texto final, devido às reclamações dos países em desenvolvimento. Respondendo às aspirações de uma ampliação do G-8, Merkel afirmou não haver no momento a intenção de alterar a estrutura do grupo, devido à posição contrária de alguns dos membros. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou que os países do G-5 devem se reunir esse ano para se prepararem para a próxima reunião da cúpula, que ocorrerá em 2008, no Japão (Folha de S. Paulo – Mundo – 09/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/06/2007; O Estado de S. Paulo – 09/06/2007; O Globo – Economia – 09/06/2007).

G-20 pressiona UE e EUA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, durante a cúpula do G-8, que o G-20 está disposto a flexibilizar sua posição quanto à abertura de seus mercados industriais aos países desenvolvidos. O grupo de países liderados por Brasil e Índia, reunidos para as negociações agrícolas da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), teria, no entanto, exigências para que a abertura ocorresse. Em contrapartida, nem a UE, nem os Estados Unidos manifestaram se irão acatar a queda de suas tarifas e subsídios no mesmo montante pedido pelos países do G-20, e Bush disse ainda poder retirar propostas das negociações. O diretor da OMC, Pascal Lamy, declarou que um acordo poderá ocorrer se houver



colaboração de todas as partes (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 12/06/2007; O Globo – Economia – 08/06/2007; O Globo – Economia – 09/06/2007).

Argentina levou Brasil à OMC

O governo argentino abriu, no dia 07 de junho, uma ação contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). O motivo da disputa são as salvaguardas impostas pelo governo brasileiro contra a resina PET Argentina. O Brasil deverá vetar a abertura do caso no dia 20 de junho, durante reunião em Genebra (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 08/06/2007).

Presidente Lula ameaça deixar de comprar gás boliviano

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ter dito ao presidente boliviano, Evo Morales, durante reunião da Cúpula União Européia-América Latina e Caribe, em 2006, que, caso não se chegasse a um acordo quanto à nacionalização e o preço do gás, que então ocorriam, o Brasil poderia deixar de comprar o produto boliviano. Segundo Lula, Morales teria aceito negociar o assunto, ao que se seguiu apenas a questão da venda das refinarias, questão prontamente aceita pela Petrobrás (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/06/2007).

Presidente francês pede mediação de Lula para libertação de refém das FARC

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, pediu maior participação do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, no processo de libertação dos reféns mantidos pelo grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Segundo Sarkozy, Lula já teria atuado como mediador nessa questão e contava com a continuidade da participação do brasileiro. O presidente Lula relatou um telefonema feito ao presidente colombiano, Álvaro Uribe, no qual este comentou sua atitude de soltar 200 guerrilheiros em troca da negociação da libertação de 56 reféns. Lula ressaltou, no entanto, que a situação é delicada, pois a Colômbia estaria engajada na libertação da candidata à presidência colombiana de 2002, Ingrid Betancourt, de nacionalidade franco-colombiana (O Estado de S. Paulo – Internacional – 09/06/2007).

Amorim defende integração regional

O ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou em entrevista que os desentendimentos com países vizinhos como a Venezuela e a Bolívia não modificaram as relações entre o Brasil e os demais países do continente sul-

americano. De acordo com ministro, o Brasil tem procurado agir de forma a respeitar as diferenças em relação aos outros países, e espera ser tratado da mesma forma. Amorim afirmou ainda que o processo de integração regional beneficiará a todos. E é com o objetivo de reforçar a integração política e econômica regional que o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, visitará em agosto, o México e países da América Central e Caribe. Sobre o assunto, Amorim afirmou que é de interesse do Brasil a estabilidade desses países e é por isso que participa das Forças de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) que visam à estabilização do Haiti (O Globo – O País – 10/06/2007).

Novo presidente da Apex-Brasil deverá melhorar internacionalização das empresas

O economista Alessandro Teixeira, que recentemente assumiu a presidência da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), afirmou em entrevista que deseja a implementação de um serviço de inteligência comercial, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), visando otimizar o processo de internacionalização das empresas. Em relação ao etanol, Teixeira afirmou que os primeiros desafios brasileiros são conseguir abrir mercados e transformar o produto em uma *commodity* internacional, o que permitirá a ampliação dos investimentos na área (O Globo – Economia – 10/06/2007).

Bolívia realiza pagamento de parcela referente à compra de refinarias da Petrobrás

De acordo com um comunicado oficial do governo boliviano, no dia 11 de junho, foi assinado o contrato definitivo entre o governo boliviano e a Petrobrás para a recompra das duas refinarias operadas pela estatal brasileira e que foram estatizadas pelo governo boliviano. Também foi realizado um pagamento de US\$ 56 milhões para a estatal brasileira, referente à primeira parcela da compra das refinarias de Gualberto Villarroel e Guillermo Elder Bell, vendidas à estatal boliviana do petróleo Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) por US\$ 112 milhões, em duas parcelas. De acordo com o ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Carlos Villegas, a segunda parcela deverá ser paga no dia 11 de agosto. A Petrobrás informou que transferirá o controle das duas unidades assim que receber o dinheiro. No entanto, a YPFB só assumirá definitivamente as operações em um prazo de 60 dias, estipulado no acordo como um período de transição para que os bolivianos tomem conhecimento dos detalhes da operação. Segundo a agência de notícias boliviana ABI, a transferência legal das ações foi feita no dia 2 de junho e executivos das duas empresas trabalham em um modelo final do contrato (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/06/2007).



Família foi retirada de embaixada brasileira

Na madrugada do dia 10 de junho, uma família que morava ilegalmente nos fundos da residência oficial da Embaixada do Brasil em La Paz, Bolívia, foi retirada pela polícia boliviana. O impasse iniciou-se em 2004, quando um ex-funcionário boliviano da residência oficial se recusou a deixar o casebre onde morava depois de sua aposentadoria. Depois disso, levou familiares e montou uma marcenaria. A Embaixada do Brasil na Bolívia vinha solicitando, desde 2005, uma solução para o problema à Chancelaria do país. Como medida preventiva, o local terá um esquema especial de vigilância (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/06/2007).

Brasil deverá participar de disputa contra subsídios

O Brasil deverá participar como terceira parte de uma contenda aberta pelo Canadá na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios fornecidos pelos americanos à agricultura. O Canadá questiona a legalidade dos subsídios dados pelos americanos ao milho, ao trigo, à soja, ao açúcar, e outros produtos vendidos no mercado internacional. O país alega que os Estados Unidos, contrariando as regras da OMC, ultrapassaram o teto de subsídios que poderiam fornecer aos seus agricultores, que é de US\$ 19,1 bilhões por ano, nos anos de 1999, 2000, 2001, 2004 e 2005. E que, mesmo os subsídios do milho, que foram reduzidos nos últimos anos por causa da demanda para a produção de etanol, prejudicaram os produtores canadenses nos últimos dois anos. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 11/06/2007).

Lula reafirma compromissos assumidos com Chávez e Morales

O presidente Lula se pronunciou no dia 12 de junho reafirmando os compromissos que o Brasil tem com Bolívia e Venezuela. Segundo ele, seu governo respeita a política de desenvolvimento boliviana e manterá as parcerias com a Venezuela, muito embora tenha feito ressalvas às críticas feitas por Chávez ao legislativo brasileiro recentemente (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/06/2007).

Condoleeza Rice elogia política brasileira de combate ao tráfico de pessoas

A Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleeza Rice, elogiou a política brasileira de combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. Rice baseou seu ponto de vista em relatório emitido no dia 12 de junho (Folha de S. Paulo – Mundo – 12/06/2007).

Petrobrás na Argentina nega multa por não-distribuição de diesel

A divisão da empresa estatal brasileira Petrobrás na Argentina, a Petrobras Energía, afirmou a seus clientes que “não falta nem faltará óleo diesel na rede da companhia”. O anúncio veio após o governo argentino informar que multará a empresa pela falta de abastecimento em seus postos. A Secretaria de Comércio Interior da Argentina disse que divulgará, em uma semana, o valor da multa, que deverá chegar a um milhão de pesos (R\$ 630 mil). A estatal brasileira disse que, para este mês de junho, planeja aumentar o abastecimento na Argentina em 13% em vista ao mesmo mês de 2006, seguindo um ritmo de crescimento desde o começo de 2007, em comparação com o mesmo período do ano passado. Mais tarde, no mesmo dia, o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, negou que haja multa e que o abastecimento de óleo diesel continua normalmente (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/06/2007).

Gabrielli afirma que as negociações com a Bolívia não têm data para conclusão

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, disse que a conclusão da venda das unidades da estatal na Bolívia ainda não tem data para ser concluída. Existem alguns detalhes técnicos a serem acertados, e a Bolívia ainda precisa encontrar uma seguradora para as refinarias. Segundo Gabrielli, a Bolívia já pagou US\$ 56 milhões e se comprometeu, em uma carta garantia, a pagar o resto. O presidente da estatal negou que o Brasil tenha perdido dinheiro com a negociação e afirmou que o Brasil não saiu “perdendo”, pois ainda garantiu o fornecimento do gás, além de afirmar que os governos brasileiros anteriores erraram ao se tornarem tão dependentes dos recursos bolivianos, o que, segundo ele, jamais foi culpa da Petrobrás (Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/06/2007; O Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 13/06/2007; O Globo – Economia – 13/06/2007)

Presidente da República Dominicana visitará o Brasil

O presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, iniciará uma visita ao Brasil no dia 16 de junho, tendo como pontos principais os biocombustíveis e a compra de aviões de combate. No dia 20, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá o chefe de Estado dominicano no Palácio do Planalto, ocasião durante a qual os dois almoçarão e concederão, logo depois, uma entrevista coletiva à imprensa. O país caribenho, que desde 2005 desenvolve programas para substituir os combustíveis provenientes de hidrocarbonetos, pediu assistência técnica ao Brasil para o desenvolvimento da indústria do álcool, além de se mostrar interessado em comprar aviões de combate Super Tucano. O presidente dominicano visitará Salvador, as instalações da Embraer em São José dos

Campos, participará de um encontro com empresários na FIESP, em São Paulo, e seguirá, então, para Brasília (Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/06/2007).

Brasil enfrenta atribuições vindas da OMC, mas ganha contenda sobre pneus europeus

Nesta terça-feira, o governo brasileiro propôs que a importação de produtos têxteis seja baseada no peso, e não no valor do produto. Porém, segundo Durval de Noronha Goyos Jr., advogado que arbitra na OMC, isto seria ilegal. Os compromissos do Brasil referentes à tarifa máxima aplicada às importações prevêm que esta deve ser de 35% *ad valorem*, ou seja, aplicada somente ao valor. A China seria a maior prejudicada caso se institísse a taxa. A Associação Brasileira da Indústria Têxtil afirmou que o setor têxtil e de confecção teve déficit de US\$ 64 milhões na balança comercial com a China em 2006. Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, alertou o Brasil para a concessão de subsídios aos produtos têxteis e eletrônicos no país. Segundo ele, o Brasil tem um longo histórico de conceder subsídios às empresas nacionais como parte de uma política industrial e alerta que, no passado, setores como etanol e aviação já foram beneficiados por subsídios. Como ponto positivo, porém, a Organização aprovou a proibição, por parte do governo brasileiro, da compra de pneus reformados da Europa para que se evitem resíduos no país. O Itamaraty recebeu com satisfação o parecer favorável da OMC. O fundamento de que a importação deste material é danosa para o meio-ambiente do país receptor foi aceito pela organização. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/06/07; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/06/2007; O Estado de S. Paulo – Economia e Negócios – 14/06/07; O Globo – Economia – 13/06/2007).

Representantes chineses visitarão Brasil para conhecer a legislação trabalhista nacional

Após a 96ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, representantes do governo chinês deverão vir ao Brasil para conhecer as leis trabalhistas brasileiras. A proposta foi apresentada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. A data ainda não foi acertada, mas o ministro disse que se discutirão questões trabalhistas e previdenciárias. De acordo com Lupi, outros países também se interessaram pela experiência brasileira, como a Alemanha, na área sindical, e Cuba, em relação ao meio-ambiente e à segurança no trabalho (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/06/2007).

As negociações para a criação do Banco do Sul caminham positivamente

Os países sul-americanos interessados em criar o Banco do Sul progrediram ainda mais no processo de institucionalização do órgão no último dia 12. Segundo



um porta-voz do Ministério da Economia da Argentina, os países chegaram a um consenso em relação ao convênio constitutivo e à ata de fundação. Entre os dias 28 e 29 de junho, os acordos alcançados pelos delegados técnicos dos países deverão ser referendados pelos seus respectivos ministros da Economia, em cúpula que ocorrerá no Paraguai. Os delegados de Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela ratificaram os acordos que haviam sido fechados em 22 de maio em Assunção, principalmente no que diz respeito à igualdade de voto e ao financiamento econômico e social da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 13/06/2007).

Itamaraty divulga notas sobre violência no Oriente Médio

O Itamaraty divulgou no dia 13 de junho uma nota na qual afirma que está seguindo com “preocupação” os acontecimentos entre os grupos rivais Hamas e Fatah em Gaza. O governo brasileiro pediu, na nota, que se restabeleça o diálogo e que cessem imediatamente as hostilidades, respeitando-se os direitos humanos; também pede que se cumpra o cessar-fogo acordado em novembro de 2006. O governo disse que apóia os “esforços da comunidade internacional” para o fortalecimento político e institucional da Autoridade Nacional Palestina e a manutenção do governo de união entre os dois grupos. Em outra nota, o governo se mostrou consternado com a morte do parlamentar anti-Síria Walid Eido em Beirute, no Líbano, nesta terça-feira, em um atentado que matou também seu filho e mais seis pessoas. Reiterando o diálogo, o governo afirmou que deseja que as diferentes forças políticas libanesas renovem as conversações. Por fim, o Brasil afirmou que ojeriza todas as formas de terrorismo e enviou condolências aos familiares das vítimas (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/06/2007).

Países ricos avaliarão pacote de ajuda à indústria

A União Européia (UE) e os Estados Unidos vão avaliar se os programas anunciados no último dia 12 pelo governo brasileiro para apoiar setores afetados pela queda do dólar violam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 14/06/2007).